

Problematizando o uso da técnica de Análise Documental no Serviço Social e no Direito

A look at the use of document Analysis Technique in Social Service and Law

Jane Cruz Prates
Flavio Cruz Prates¹

“Toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente”.
(Marx, 1989)

Resumo: O presente artigo trata sobre metodologia de pesquisa, e mais especificamente sobre a análise de documentos e sua contribuição para a qualificação da formação e do trabalho profissional nas áreas do direito e do serviço social. Apesar de sua relevância ser reconhecida por estas áreas, pouco se tem abordado na produção científica das mesmas sobre os procedimentos para melhor utilizar a análise documental em laudos, pareceres e documentos similares. Nossa intenção é trazê-la para a reflexão, especialmente para dar visibilidade aos conteúdos subjacentes que podem estar incluídos nos documentos.

Palavras-chave: investigação; análise documental; formação; trabalho profissional; trabalho social; direito.

Introdução

O tempo presente se caracteriza pela fetichização cada vez mais acentuada de processos e fenômenos que uma vez ocultos, passam a compor a ideologia que conforma o senso comum. Esse ocultamento, ou a banalização do que se expressa através do imediato aparece como natural, imutável, ou seja deslocado de seu movimento histórico, do seu contexto de engendramento, como se fosse a única forma possível.

Lefebvre (1991:182) destaca que “o mundo prático aparece como imóvel por causa do ritmo da vida humana” e diz o autor que este processo ocorre porque nele “intervém ainda um preconceito social. Na

¹ Jane C Prates é assistente social, mestre e doutora em Serviço Social pela PUCRS, professora do Curso de Graduação e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, professora convidada do Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública da Unochapecó – SC, pesquisadora do NEDEPS, líder do Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana e Políticas Públicas – GTEMPP do PPGSS –PUCRS. Contatos: jprates@puers.br ou jprates@puers.br
Flavio Cruz Prates é advogado, mestre em Ciências Criminais e doutorando em Serviço Social pela PUCRS, Professor da Faculdade de Direito da PUCRS, pesquisador do NEPEP do PPGSS – PUCRS. Contatos: fla@via-rs.net

medida em que não apenas a cultura geral, mas também os valores sociais se fundam sobre o que se chama de conservadorismo, o mundo parece imóvel porque se deseja que seja imóvel”

O ritmo, cada vez mais acentuado, imposto pelo tempo da precarização de toda a ordem acaba por possibilitar cada vez menos a realização de procedimentos que superem a homogeneização da cotidianidade, movimento este que rompe por alguns períodos com o ordinário e se realiza, segundo Neto fundamentado em Lukács (in Neto e Carvalho:1994:69), a partir do trabalho criador, da arte e da ciência.

Nossa preocupação em apontar algumas reflexões sobre o processo de análise documental, como técnica de pesquisa, foi inspirada pela leitura da obra de Yamamoto - Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. (2007) porque nesta obra a autora nos convida a assumirmos a elucidação (ou desvendamento) da reprodução das relações sociais como problema de pesquisa no intuito de mostrar como nos âmbitos mais diversos ocorre a subsunção real da sociedade ao capital (Yamamoto, 2007: 51)

Para o Serviço Social que tem como objeto de trabalho as refrações da questão social, explicitadas a partir de desigualdades oriundas da contradição entre capital e trabalho e que trazem como contraponto resistências efetivadas pelos sujeitos, desvendar essas refrações se constitui em importante contribuição, do mesmo modo que para o Direito este processo é fundamental para que seja possível contribuir com a construção da justiça.

Desocultar é fundamental para a desmistificação exatamente dos processos de reprodução que nas desigualdades se capilarizam perpetuando identidades subalternizadas, ciclos transgeracionais de pobreza material e simbólica, violações de direitos não reconhecidos como tais.

Este processo se acentua especialmente em países de capitalismo periférico como o Brasil cuja história é marcada pelo colonialismo, escravismo, patrimonialismo e longos períodos de ditadura que excluíram a maioria da população das grandes decisões nacionais conformando o que Florestan Fernandes chamou de “democracia restrita” (Couto, 2006).

A pesquisa nesse sentido é cada vez mais necessária e sua transversalidade precisa ser garantida na formação do assistente social, conforme orientam as Diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), embora em nosso entendimento esta transversalidade deveria ser garantida na formação do conjunto das áreas humano-sociais para que sua contribuição fosse potencializada a partir de uma produção de conhecimentos compromissada com a construção de novos patamares de sociabilidade.

É importante destacarmos que não elaboramos um plano de trabalho sem direção definida, sem finalidade clara, sob pena de nos perdermos no caminho, de não chegarmos a lugar nenhum. Do mesmo modo, e como uma estratégia de leitura e intervenção, a pesquisa também necessita de planejamento. Como no plano de trabalho, está permeada e

fundamentada por valores. Deve ter direção definida. A própria escolha do tema, do método, das estratégias dependem de valores, interesses, apropriações e prioridades, que sem dúvida são históricas, contextualizadas e em parte condicionadas por este contexto. Algumas vezes os temas nos escolhem, mas se o seu conteúdo não tem significado para nós dificilmente nos mobilizam. (Prates, 2003a)

As relações que estabelecemos, os temas que investigamos, as escolhas que fazemos e o modo como os gerenciamos, pressupõem posições frente ao mundo e a realidade e esta é uma questão de método, entendido no seu sentido mais amplo, não apenas como caminho, mas como opção ético-política, que sem dúvida, contém o primeiro em embrião, o que deverá constituir-se como desdobramento, complicação das antíteses, durante nossas investigações, processos de ensino, gestão e outras formas de trabalho humano, marcado necessariamente pelo modo como o conduzimos. (Prates e Prates, 2005)

Não há dúvidas que existem diferentes níveis para a realização de processos investigativos, que seguramente tem na Pós-Graduação seu locus especial de aprofundamento, contudo não há como pensar em educação crítica ou trabalho profissional competente, sem processos investigativos, sem uma formação e a introjeção de atitudes investigativas.

Segundo Oliveira e Oliveira (in Brandão, 1990) para Paulo Freire:

Educação não é sinônimo de transferência de conhecimento pela simples razão de que não existe um saber feito e acabado, suscetível de ser captado e compreendido pelo educador e, em seguida, depositado nos educandos. O saber não é uma simples cópia ou descrição de uma realidade estática. A realidade deve ser decifrada e reinventada a cada momento. Nesse sentido, a verdadeira educação é um ato dinâmico e permanente de conhecimento centrado na descoberta, análise e transformação da realidade pelos que a vivem.

Do que nos fala Freire, se não de processos investigativos? E neste sentido, complementam os autores destacando a conclusão do educador de que “toda a pesquisa temática se faz ação pedagógica e toda a autêntica educação se faz investigação do pensar” (Oliveira e Oliveira in Brandão, 1990: 20), portanto para o autor investigação e educação são momentos de um mesmo processo.

Nos diferentes processos de trabalho onde assistentes sociais e advogados se inserem, independente de suas particularidades e âmbitos, seja na prestação de serviços diretos à população ou em áreas como gestão e planejamento e especialmente, destacaríamos, no âmbito das políticas públicas, para a efetivação de seu trabalho, precisam pautar-se necessariamente em avaliações ou diagnósticos.

Os diagnósticos são avaliações realizadas sobre uma determinada realidade, ação ou conjunto de ações, segmentos populacionais,

sujeitos ou grupos, instituições, movimentos ou contextos, a partir de indicadores que permitem dimensionar com base em um conjunto de informações, dimensões, categorias e variáveis, as condições, entraves e potencialidades que os constituem e conformam, em determinado momento histórico. (Prates e Couto, 2008)

Como qualquer avaliação, os diagnósticos pautam-se em valores, critérios e parâmetros e orientam-se por um modo de leitura da realidade, que pode ou não contemplar o seu movimento, as contradições e a processualidade das relações que a conformam, de acordo com o método e o projeto ético-político que o inspira, mas necessariamente tem perspectiva política, mesmo quando o paradigma que o orienta não reconhece este aspecto e não o explicita. (Prates, 2007)

Se tomarmos o Sistema Único de Assistência Social - SUAS apenas como um exemplo, considerando que a implementação do sistema requisita profissionais de Serviço Social e Direito, como agentes que devem compor a equipe técnica de suas estruturas, esta competência (de elaborar diagnósticos) possibilita um aporte importante para a realização de estudos sobre vulnerabilidades e cobertura, considerados essenciais pelo Sistema, todos resultantes de processos investigativos, como também o são os processos de monitoramento e avaliação, mesmo que com finalidades e características diversas. (Prates, 2008)

Exemplificando a partir do trabalho profissional do advogado, a análise de documentos que explicitam jurisprudência ou a própria interpretação da Lei à luz de condicionantes que conformam os diferentes contextos sociais onde os fenômenos se produzem, são fundamentais para qualificar a elaboração de avaliações e a instrução de processos das mais variadas ordens.

Para a efetivação destes processos não há dúvidas de que o simples domínio de técnicas de pesquisa é absolutamente insuficiente, o instrumental, ou seja “uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto.” (Marx, 1989:203) inclui valores, opções, método, habilidades, a mediação de teorias explicativas da realidade e dados empíricos, se pensarmos no conjunto de elementos que utilizamos para materializá-lo quando trabalhamos nestas especializações da divisão social e técnica do trabalho.

No que concerne ao Serviço Social, sem dúvida, é importante não reduzir este processo, como bem destaca Iamamoto (2007) “a um conjunto de operações realizadas pelo assistente social individualmente na sua prática, abstraído das relações sociais e de propriedade pelos quais é realizado”. (59), mas problematizá-lo contemplando o conjunto dos aspectos que o conformam, o que pode também ser mediado para o trabalho do advogado.

Um conjunto de técnicas e instrumentos de pesquisa são utilizados pelos profissionais para a realização de análises e processos interventivos, entre os quais o estudo de documentos. Os documentos

expressam discursos, normativas, sentidos atribuídos, regras, conceitos (ora explicitados, ora vagos) pressupostos, delimitações, valores, descrições de fatos, enfim uma infinidade de elementos que permitem complementar a análise de processos ou mesmo constituir-se em fontes únicas para algumas investigações de extrema relevância, como por exemplo avaliações de políticas e programas sociais.

Silva (2001:53), ao debater o tema avaliação de políticas sociais, destaca que as avaliações de políticas públicas,

(...) além de estarem ancoradas num conjunto de valores e noções sobre a realidade social (...) tem por base uma metodologia que não se reduz a procedimentos mas envolve concepção teórica da própria avaliação e de seu objeto e que o método não se separa dos procedimentos.

Dentre os diversos tipos de avaliação e sua respectiva caracterização trabalhados pela autora² todas pressupõem um plano de avaliação ou projeto de investigação onde se delimita tema, problema, delineia a metodologia de coleta e avaliação, como em qualquer outro projeto de pesquisa, mas seja para realizar uma avaliação política da política ou para a avaliação da engenharia de um programa, dificilmente os avaliadores poderão prescindir do uso da análise documental.

A análise documental é também utilizada com frequência como ferramenta gerencial, em processos de seleção, quando a partir de critérios pré-estabelecidos nos dirigimos aos documentos para, a partir desses indicadores, avaliá-los.

Segundo Godoy (1995:21), é uma das técnicas da maior confiabilidade, utilizada em processos dessa ordem “pois os dados coletados na análise documental possibilitam a validação das informações obtidas durante a entrevista com informantes-chave”

Os registros históricos constituem fontes importantes de pesquisa, dentre os quais podemos destacar, por exemplo, os documentos oficiais de uma instituição, tais como planos de trabalho, regimentos, estatutos, orçamentos, relatórios de gestão, que segundo Lê Goff (apud Borriane e Chaves, 2004) são produzidos “consciente ou inconscientemente” para impor uma imagem ou para explicitar o que aquele grupo que os conformou entende como verdadeiro, adequado ou pertinente Dependem “parcialmente da época de sua constituição e representam valores sociais admitidos”, (idem) são portanto contra-provas históricas da representação que os sujeitos, naquele dado contexto, faziam sobre determinada realidade.

² Para aprofundamento do tema ver Silva, Maria Ozanira Silva e (org) Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática. São Paulo : Veras, 2001.

O uso da análise documental na pesquisa

A literatura de metodologia de pesquisa faz vasta referência à análise documental, contudo são ainda reduzidas as obras atuais oriundas de áreas humano-sociais, em especial do Serviço Social e do Direito que dedicam-se a debatê-la em profundidade. Observamos que muitas vezes a análise documental, uma técnica de pesquisa, é reduzida à revisão bibliográfica, necessária a qualquer procedimento investigativo, não constituindo-se, nestes casos, como uma estratégia específica de coleta ou análise.

Entendemos que tratados neste nível os documentos não são analisados de modo mais aprofundado, processo que demandaria maior sistematização, com vistas a decodificação de eixos articuladores, idéias centrais, conceitos, entre outros elementos que interessem ao pesquisador deles depreender e que permitiriam o aporte de inferências de parte de quem os analisa, orientada evidentemente pelo objeto e pelo método de estudo.

Portanto a simples, ou mesmo ampla e necessária, revisão bibliográfica, não pode ser confundida com a análise documental.

Consultar uma bibliografia para o aporte de alguns dados, para clarificar conceitos ou mesmo efetivar um diálogo com determinado autor ou autores não caracteriza necessariamente um processo de análise documental, o que seria diferente se a obra fosse trabalhada como documento e analisada enquanto totalidade, à luz do tema sobre o qual versa o estudo.

Debatemos técnicas de análise de conteúdo e de discurso na grande maioria da bibliografia nacional atualizada que versa sobre metodologia de pesquisa, mas pouco se tem dedicado a produção de um debate mais denso acerca da análise documental, embora esta seja uma estratégia de coleta de dados de extrema relevância, o que sem dúvida tem contribuído para ampliar a confusão freqüentemente encontrada em projetos de pesquisa discentes.

É bem verdade que o domínio de procedimentos que compõem a técnica de análise de conteúdo são elementos facilitadores ou até necessários para a efetivação de um processo mais adensado de análise documental, o que é corroborado por diversos autores que não separam os dois processos (análise documental e de conteúdo) mesmo porque as coletas do tipo qualitativo, que demandam análises dessa ordem, são sempre transformadas em documentos, sejam eles escritos ou visuais.

Mesmo os depoimentos ou o tratamento de conteúdos aportados por questões abertas de formulários ou questionários são organizadas sob a forma de um *corpus de análise* (Bardin 1977) sobre o qual nos debruçamos para identificar categorias, relações, freqüências, juízos valorativos, entre outras possibilidades de mediação para a efetivação do processo de análise propriamente dito. Todos, não é demasiado reiterar, orientados pelas categorias analíticas que emanam do método (teóricas do método) e do tema em estudo (explicativas da realidade) que poderão ser

complementadas por categorias empíricas (aquelas que surgem da expressão dos sujeitos ou dos documentos)

As coletas gravadas são transcritas para posterior análise, as coletas coletivas, tais como os produtos obtidos a partir de processos como grupos focais ou mesmo técnicas alternativas como o grafodrama, são tratados a partir da sistematização dos conteúdos num ou em vários documentos.

A análise documental em princípio, tomando por base a bibliografia das áreas mencionadas que dela se ocupam, de um modo geral a explicitam de modo breve (Bardin:1977 , Menga e André: 1986, Chizzotti:1991; Gil:1995; entre outros) e voltam-se para a análise de um ou vários documentos que não foram produzidos pelo pesquisador, ou seja documentos acerca de políticas, normativas, planos, projetos, cartas, obras literárias, filmes, fotos, formulários de bancos de dados que compõem dados secundários, entre outros, pré-existentes a investigação.

Esta seria, portanto, a diferença fundamental entre a análise de conteúdo e a análise documental, embora reiteramos, nosso reconhecimento quanto a relevância da primeira para a efetivação da segunda. Contudo, esta definição é pouco precisa na literatura específica.

Menga e André (1986, 38) reconhecem a pouca exploração pelas áreas humano-sociais da efetiva análise documental e destacam que estes documentos incluem “leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas.” a partir dos quais buscamos informações factuais orientados pelos elementos que norteiam nossos estudos (hipóteses e variáveis ou problemas de pesquisa e questões norteadoras, embora alguns autores admitam a convivência entre ambos³) As autoras apresentam como exemplo a análise de uma circular escolar de onde se poderia buscar evidências acerca de relações de autoridade na escola.

E complementam, valendo-se de Guba e Lincoln (apud Menga e André, 1981) para quem a análise documental representa uma fonte estável e rica de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador, atribuindo importância destacada a esta técnica para a coleta de dados.

³ Entendemos que embora ao nos dirigirmos a realidade para investigá-la vamos geralmente orientados por algumas hipóteses que nos auxiliam a problematizá-la, formular problemas à realidade amplia o âmbito do olhar, especialmente se não nos conformamos apenas com a possibilidade de confirmar ou refutar pressupostos, mas de desvendar processos ou mesmo provocar processos, ao longo da investigação. Nos parece que a problematização via formulação do problema e questões norteadoras complementares é mais coerente com o movimento dialético da realidade e com um pensamento que se quer, como destaca Lefebvre (1991), pensamento do movimento. Contudo é fundamental a delimitação do tema e sua adequada e trabalhada problematização, pois o problema é sem dúvida o esqueleto do projeto de pesquisa. Sobre a elaboração do projeto de pesquisa, desde o plano de investigação até o tratamento e socialização dos dados ver Prates, Jane. O planejamento da pesquisa. Revista Temporalis n 7, Porto Alegre:ABEPSS, 2003

“Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre este mesmo contexto”, destacam Menga e André (1986:39), além do baixo custo para a investigação, também ressaltado como aspecto positivo pelas autoras.

Após aportarem algumas reflexões quanto a vantagens e desvantagens em relação ao uso da técnica passam a abordar sem qualquer diferenciação procedimentos para a efetivação da análise de conteúdo como se tratassem da mesma técnica ou de uma etapa que a compõe.

Gil (1995) destaca que a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas, diz o autor, está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Destacariamos, no entanto, que a revisão ou pesquisa bibliográfica a qual se refere o autor, se difere da análise mais aprofundada de uma obra literária ou de um documento, o que caracterizaria a análise bibliográfica ou documental como técnica de pesquisa, para além da revisão de fontes sobre o tema, como mencionado anteriormente.

O caso da utilização da técnica de observação é similar ao da análise documental, embora melhor trabalhada pela literatura específica. Nossa experiência na avaliação de projetos tem mostrado que a observação é também incluída nestas produções sem o devido cuidado com a sua adequada explicitação e fundamentação a partir da metodologia de pesquisa, exigência que é pertinente a qualquer técnica para a garantia da cientificidade do estudo. Isto pressupõe rigor, no sentido de registrar processos e procedimentos que se pretende utilizar para a obtenção dos dados, além da explicitação quanto as bases teóricas sobre as quais realizaremos mediações entre os fenômenos e a realidade investigada que compõem o arcabouço teórico a partir do qual fundamentamos nossas inferências.

Observar por exemplo é uma técnica de pesquisa bastante complexa, não significa simplesmente olhar, mas “destacar de um conjunto” (Trivinõs: 1987) separar o fundamental do secundário, sem perder de vista que, fenômenos que num primeiro momento podem ser considerados secundários, num outro momento poderão assumir novas conotações. Do mesmo modo no processo de análise documental é preciso que separemos o fundamental do secundário, sem, contudo, esquecer, que num momento seguinte, estes conteúdos podem assumir um sentido que lhes garanta um retorno à centralidade.

Como bem destaca Lefebvre (1991:235)

O entendimento (inteligência) analisa, separa, divide e deve fazê-lo. A razão une, agrupa, esforça-se por encontrar o conjunto e a relação. Mas a contradição entre o entendimento e a razão renasce sempre e deve sempre renascer; e isto porque incessantemente o entendimento deve separar e a razão unir.

Mas como já o dizia Marx nos Manuscritos de Paris (1993) o olho que não aprende a ver não enxerga, o ouvido que não é sensibilizado para decodificar os ritmos não aprecia a música, ressaltando que precisamos educar não só nossa razão, mas também os sentidos, para que possamos apreender a realidade.

E precisamos reconhecer que nossos olhos são condicionados, por nosso tempo histórico, por nossos interesses, nossa classe ou consciência de classe, nossas vivências, acessos, conhecimentos, experiências, nossas cadeias de mediações. Precisamos então ao optar pela observação ou pela análise documental, como de resto quando tratamos sobre outras técnicas de pesquisa, explicitar o que vamos realizar, quando, como, por quanto tempo, se a partir de um roteiro ou se livre de tópicos norteadores (orientados apenas pelo esqueleto do projeto – o problema e as questões norteadoras)

A observação, assim como a análise documental, embora bastante mencionada nos projetos discentes, geralmente é pouco desenvolvida na execução da pesquisa e conseqüentemente pouco contribui, pela falta de um cuidado prévio ou secundarização durante o planejamento da pesquisa para o aporte de dados ao conjunto da investigação, ou quando contribui, os resultados ficam muito aquém das possibilidades que o uso mais rigoroso desta técnica possibilitaria, se assim fosse efetivado.

Contudo, no caso da observação a bibliografia acerca da metodologia de pesquisa explicita a sua complexidade e a caracteriza como sistemática, assistemática, participante, não participante, militante e traz aportes sobre os cuidados e procedimentos necessários a sua adequada utilização, resguardando os critérios de cientificidade formais e políticos.

No caso da análise documental, contudo, isto não se verifica.

Bardin (1977:46) considera que a análise documental é “uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados”

Destaca a autora que esta técnica permite transformar “um documento primário (bruto) em um documento secundário (representação do primeiro)” E aporta como exemplos a elaboração de resumos ou abstrats, indexações que permitem classificar os documentos em índices, palavras-chave e outras formas restritas de classificação (idem)

Ressalta Bardin (1977:46) que

A operação intelectual: o recorte da informação, ventilação em categorias segundo o critério da analogia, representação sob forma

condensada por indexação, é idêntico à fase de tratamento das mensagens de certas formas de análise de conteúdo

Contudo, ressalta algumas diferenças essenciais:

A documentação trabalha com documentos, a análise de conteúdo com mensagens (comunicação); a análise documental faz-se principalmente por classificação- indexação, a análise categorial temática, é entre outras, uma das técnicas da análise de conteúdo. O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem, o da análise de conteúdo, é a manipulação da mensagem (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem. (idem1977: 46)

É possível concluir, a partir dos argumentos da autora um destaque a análise de conteúdo em detrimento da análise documental, de finalidade mais limitada para a mesma, o que discordamos, especialmente por considerarmos que o processo de análise pressupõe mais do que a simples ou mesmo complexa condensação de conteúdos.

Na mesma perspectiva alguns autores, reconhecendo a sua relevância, destacam os documentos como “fontes de papel” (Gil 1995:158; Chizzotti: 1991:109-113) onde se incluem os registros estatísticos, documentos pessoais, documentos de comunicação de massa, mas não como uma técnica de pesquisa. Destacam a importância das bibliotecas e outros acervos, a relevância de fichários, das consultas informatizadas, enfatizando o estudo de documentos apenas enquanto fontes de consulta.

Severino (2002: 47-58) embora não trate da análise textual como uma técnica específica de pesquisa, aporta contribuições relevantes para a realização da análise e interpretação de textos, sejam eles documentos ou obras literárias, passando por alguns processos que assemelham-se a técnica de análise de conteúdo, entre as quais, a análise temática, a análise interpretativa, a problematização e a síntese.

Breves conclusões

A guisa de uma totalização provisória, entendemos que, para além da terminologia utilizada para tratar os documentos, nos interessa especialmente destacar a importância dessa estratégia como alternativa de investigação dadas as contribuições que uma análise crítica e aprofundada de determinados documentos pode aportar, por exemplo, para o aprimoramento de propostas políticas de intervenção, qualificar produtos do trabalho como perícias, laudos, avaliações, decisões sociais ou judiciais que acabam por condicionar muitas vezes de modo significativo a vida de sujeitos singulares ou de segmentos sociais.

Nossa experiência com o uso desta técnica, como parte da metodologia de pesquisa, realizada a partir de roteiros norteadores orientados pelo que chamamos de “esqueleto do projeto” tem sido bastante significativa para a elucidação de formas de representação social, análise de fundamentos, conceitos e orientações constantes em legislações, entre outras finalidades.

Por exemplo, em pesquisa realizada sobre migrações internacionais utilizamos roteiros de análise documental para avaliar reportagens veiculadas na imprensa escrita como fonte para verificar o modo como esses processos estavam sendo socializados junto à opinião pública em diferentes cidades do país caracterizadas pela existência de uma cultura migratória.

Em outra ocasião, a partir de um roteiro de análise nos debruçamos sobre a NOB-SUAS RH (2006) para analisar a clareza de conceitos, procedimentos, contradições e orientações explicitadas na normativa no intuito de avaliar as possibilidades de sua viabilização à luz dos objetivos propostos.

Ou ainda, em outra experiência de pesquisa, ainda em curso, para efetivar a avaliação dos impactos da legislação na efetiva garantia de direitos à população afro-descendente no Brasil, a análise documental aprofundada tem sido elemento essencial para subsidiar nossos estudos, para além da necessária revisão bibliográfica sobre a temática. (Prates, 2008a)

Os roteiros de análise dependem da disponibilidade de informação constantes nas fontes, do objeto e objetivos do estudo, bem como do método que o fundamenta, no entanto aportaremos um tipo, apenas para fins didáticos, no intuito de dar visibilidade ao que a técnica pode possibilitar se direcionada para o aprofundamento dos temas que são objeto de estudo e sobre os quais existem importantes conteúdos já documentados.

Destacamos, contudo, que o aprofundamento a partir do uso de qualquer técnica de pesquisa, especialmente do tipo qualitativa, implica na produção de volume mais significativo de material a ser trabalhado pelo pesquisador, logo a opção pelo adensamento de algumas técnicas implica muitas vezes na necessidade de reduzir outras formas de coleta, especialmente quando as pesquisas que realizamos tem prazos exíguos, e não dispõem de maior estrutura física e material para a sua realização, como no caso das monografias e dissertações de mestrado.

Para concluir apresentamos um roteiro de análise documental, com finalidade didática, buscando dar visibilidade a um instrumento utilizado para nortear a coleta de dados a partir de documentos, no caso reportagens de jornais. Este instrumento se originou de estudo realizado sobre migrações internacionais (Bulla, Prates e Mendes, 2006) fundamentado pelo método dialético crítico de inspiração marxiana, que teve como categorias teóricas, além das do método, processos migratórios, modo e condição de vida, redes e família, que podem ser claramente identificados no corpo do roteiro norteador.

O uso do roteiro possibilitou abordar os documentos de modo mais direcionado contribuindo sobremaneira para a realização do processo de análise por um grupo de alunos de iniciação científica que participaram do processo e, resguardadas as particularidades de cada estudo, pode ser readequado a novas investigações, contribuindo deste modo para a produção de metodologia de pesquisa.

ROTEIRO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL

1. Identificação do documento

Tipo de documento: ex: reportagem de jornal

Local e Data: SC- Saltinho (x/xx/xxxx)

Referências: jornal Sentinela, Parte II, coluna X, título da reportagem, autor, página do jornal.

2. Resumo: destaques com relação ao processo migratório (ênfases atribuídas, síntese de aspectos positivos e negativos destacados)

3. Contexto analisado (local, nacional, histórico, particularidades)

4. Situações concretas destacadas (relatos de histórias, situações específicas, estudos e pesquisas em andamento ou resultados)

5. Conceitos apresentados (implícitos e explícitos)

6. Forma de utilização dos conceitos (relações estabelecidas, reduções, fundamentação, etc)

7. Referências a condições de vida (impactos associados ou motivos relacionados a condições de trabalho, habitação, saúde, acesso a bens e serviços de um modo geral, ou demais aspectos relacionados às condições materiais de existência)

7.1. Relacionadas a impacto ou resultado de processo migratório

7.2. Relacionada a condições para migrar ou expectativa migratória

8. Referências a modo de vida (significado social atribuído pelos sujeitos a seu viver histórico, objetivos de ações, valores, crenças, costumes, sentidos atribuídos, opiniões, sonhos)

8.1. Relacionadas a impacto ou resultado de processo migratório

8.2. Relacionadas a condições para migrar ou expectativa migratória

9. Referências feitas a famílias de emigrantes (relato de situações, estudos, depoimentos, avaliação de condições, impactos, etc.)

10. Destaques ao processo migratório relacionado a ampliação de divisas e outros impactos vinculados ao local de origem do migrante

11. Destaques ao processo migratório relacionado a serviços (rede ofertados ao migrante (facilitando ou preparando o processo migratório) ou ofertando serviços a família que permanece no local de origem

12. Obras referenciadas ou explicitação de fontes de consulta

13. Conclusões e juízos valorativos explicitados quanto ao tema abordado
14. Outras observações relevantes

Fonte: Bulla, L C, Prates, J C e Mendes, J M R, 2006.

Abstract: This article deals with research methodology, and more specifically with the analysis of documents and their contribution to the qualification of training and professional work in the areas of law and social work. In spite of the recognition of its importance for these areas, little has been discussed about procedures to better use the document analysis for reports, feedback and similar documents in the scientific production of those areas. Therefore, our intention is that of bringing it to reflection, especially that of giving visibility to the underlying content that may be included in the documents.

Key words: research; document analysis; professional formation; Social Work, Law.

Referências

ABEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. Revista Serviço Social e sociedade n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

BARDIN, Laurence. L'analyse de contenu. France: Presses Universitaires, 1977.

BORRIONE, Roberta e CHAVES, Antonio M. Análise documental e contexto de desenvolvimento: estatutos de uma instituição de proteção à infância de Salvador, Bahia. Rev. Estudos de Psicologia, PUC-Campinas, v. 21, n. 2, 004. Acesso Site: pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103, em outubro de 2008.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Sistema Único de Assistência Social - NOB-SUAS. Brasília, MDS, 2005. www.mds.gov acesso em julho de 2005a

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. NOB-SUAS-RH Brasília, MDS, 2007. www.mds.gov acesso em março de 2007.

BULLA, L, PRATES, J e MENDES, J . Os processos migratórios no Brasil e seu impacto na identidade e estrutura familiar. Relatório Anual encaminhado a FIUC, PUCRS/FSS, Porto Alegre 2006.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sócios. São Paulo, Cortez, 1991.

BRANDÃO, Helena H. N. Introdução à análise do discurso. 7 ed. São Paulo, Unicamp, 2001.

COUTO, Berenice. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? São Paulo, Cortez, 2006.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 4ed . São Paulo: Atlas, 1995

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, Atlas, 1995a

IAMAMOTO, Marilda. Serviço Social em tempo de capital fetiche. São Paulo: Cortez, 2007.

LEFEBVRE, Lógica formal/ lógica dialética. 5 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: Revista de Administração de Empresas. v.35. n.2. São Paulo: RAE, 1995.

MARX, K. O Capital. 13 ed. Livro I Vol. I Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

MARX, K. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1993

MENGA, Ludke, ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

NETTO, José Paulo e CARVALHO, M.C. Brant. Cotidiano: conhecimento e crítica. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1994

PRATES, Flavio Cruz. A igualdade formal e sua aplicabilidade: os (des) caminhos da equidade racial do negro brasileiro. Projeto de pesquisa para doutoramento. Porto Alegre, PPGSS – PUCRS, 2008a.

PRATES, Jane C e PRATES, Flavio C. A contribuição da pesquisa e de práticas participativas para o desenvolvimento de políticas sociais pelo poder local. Artigo. Revista Virtual textos & Contextos n 4. Porto Alegre, FSS/PUCRS, 2005.

PRATES, Jane Cruz. O planejamento da Pesquisa. Artigo. Revista Temporalis n 7. Porto Alegre, ABEPSS, 2003.

PRATES, Jane Cruz. Possibilidades de Mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social. Tese de Doutorado. Porto Alegre, PUCRS, 2003a

PRATES, Jane Cruz. Gestão estratégica de instituições sociais: o método marxiano como mediação do projeto político. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre, PUCRS, 1995.

PRATES, Jane Cruz. A construção de Indicadores. Material didático. Mimeo. Disciplina Avaliação de Políticas Sociais. Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUCRS, 2007.

PRATES, Jane Cruz. Serviço Social: Mercado de trabalho e o SUAS. Anais do II Seminário sobre Políticas Sociais no Mercosul. Pelotas, UCEPEL, 2008.

PRATES, Jane Cruz e COUTO, Berenice R. Relatório de Consultoria para reordenamento da rede de Assistência social em Porto Alegre. Porto Alegre, PMPA-FASC, 2008

SEVERINO, Antonio Joaquim Metodologia do trabalho científico. 22ª edição ampliada e revista. São Paulo, Cortez, 2002.

SILVA, Maria Ozanira Silva e (org) Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

